

TERMO DE CONSENTIMENTO PARA TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Este documento visa registrar a manifestação livre, informada e inequívoca pela qual o representante legal ou um dos pais do Titular dos Dados Pessoais concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica, em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

Ao assinar o presente termo, o Representante Legal ou um dos pais do Titular consente e concorda que a empresa UNIMED PORTO VELHO - SOCIEDADE COOPERATIVA MEDICA LTDA, CNPJ nº 05.657.234/0001-20 e registro na ANS nº 337.374, com sede na Cidade de Porto Velho/RO, Carlos Gomes, 1259, Centro, CEP 78.801-109, telefone 69 3217-2000, e-mail *encarregadalgpd@unimedportovelho.coop.br*, doravante denominada Controlador, tome decisões referentes ao tratamento de seus próprios dados pessoais, além dos dados da pessoa pela qual é responsável, bem como realize o tratamento de tais dados pessoais, envolvendo operações como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.

Dados Pessoais

O Representante Legal ou um dos pais do Titular autoriza o Controlador a tomar decisões referentes ao tratamento e a realizar o tratamento dos seguintes dados pessoais do menor, imprescindíveis para manutenção da relação contratual, sendo que em observância ao artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos e adolescentes, aquela entre doze e dezoito anos de idade:

- Nome Completo;
- Data de Nascimento;
- Idade.

Finalidades do Tratamento dos Dados

O Representante Legal ou um dos pais do menor de idade titular dos dados pessoais concorda com a coleta dos dados pela Unimed Porto Velho para as seguintes finalidades:

- Possibilitar a Identificação do Titular de Dados.
- Possibilitar que o Controlador identifique todos itens de interesse do Titular de Dados, desta forma conseguirá direcionar as atividades com aquilo que é de interesse do Titular de Dados.

O tratamento dos dados pessoais listados neste termo tem as seguintes bases legais:

- O tratamento de dados pessoais de crianças deverá ser realizado com o consentimento específico e em destaque dado por pelo menos um dos pais ou pelo responsável legal.

Compartilhamento de Dados

O Controlador fica autorizado a compartilhar os dados pessoais do menor com outros agentes de tratamento de dados, caso seja necessário para as finalidades listadas neste termo, observados os princípios e as garantias estabelecidas pela Lei nº 13.709/2018.

A Controladora declara, por este instrumento, que cumpre toda a legislação aplicável sobre privacidade e proteção de dados, inclusive (sempre e quando aplicáveis) a Constituição Federal, o Código de Defesa do Consumidor, o Código Civil, o Marco Civil da Internet (Lei Federal n. 12.965/2014), seu decreto regulamentador (Decreto 8.771/2016, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei Federal N. 13.709/2018), e demais normas setoriais ou gerais sobre o tema.

A Controladora se compromete a tratar os dados pessoais de crianças e adolescentes - observadas as conceituações previstas no artigo 3º do Estatuto da Criança e do Adolescente - sempre em seu melhor interesse, colhendo, quando aplicável o consentimento de, ao menos, um dos pais ou responsável legal, em observância ao disposto no artigo 14 da Lei nº 13.709/2018.

Segurança dos Dados



O Controlador responsabiliza-se pela manutenção de medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

Em conformidade ao art. 48 da Lei nº 13.709/2018, o Controlador comunicará ao Representante Legal do titular e à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) a ocorrência de incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante ao menor de idade.

Término do Tratamento dos Dados

O Controlador poderá manter e tratar os dados pessoais do Titular menor de idade durante todo o período em que os mesmos forem pertinentes ao alcance das finalidades listadas neste termo. Dados pessoais anonimizados, sem possibilidade de associação ao indivíduo, poderão ser mantidos por período indefinido.

O Responsável Legal do menor poderá solicitar via e-mail ou correspondência ao Controlador, a qualquer momento, que sejam eliminados os dados pessoais não anonimizados do menor de idade. O Responsável Legal do menor fica ciente de que poderá ser inviável ao Controlador continuar o fornecimento de produtos ou serviços ao Titular menor de idade a partir da eliminação dos dados pessoais.

Direitos do Representante Legal do Titular

O Representante Legal do Titular tem direito a obter do Controlador, em relação aos dados por ele tratados, a qualquer momento e mediante requisição:

I - confirmação da existência de tratamento;

II - acesso aos dados;

III - correção de dados incompletos, inexatos ou desatualizados;

IV - anonimização, bloqueio ou eliminação de dados desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na Lei nº 13.709;

V - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa e observados os segredos comercial e industrial, de acordo com a regulamentação do órgão controlador;

VI - portabilidade dos dados a outro fornecedor de serviço ou produto, mediante requisição expressa, de acordo com a regulamentação da autoridade nacional, observados os segredos comercial e industrial;

VII - eliminação dos dados pessoais tratados com o consentimento do titular, exceto nas hipóteses previstas no art. 16 da Lei nº 13.709;

VIII - informação das entidades públicas e privadas com as quais o controlador realizou uso compartilhado de dados;

IX - informação sobre a possibilidade de não fornecer consentimento e sobre as consequências da negativa;

X - revogação do consentimento, nos termos do § 5º do art. 8º da Lei nº 13.709.

Direito de Revogação do Consentimento

Este consentimento poderá ser revogado pelo Representante Legal do menor, a qualquer momento, mediante solicitação via e-mail ou correspondência ao Controlador, indicados nesse documento.

Por esta ser a expressão da minha vontade, aceito o Termo de Consentimento para Tratamento de Dados, ele sinaliza que eu concordo com o uso seguro e responsável das informações do menor pela Unimed Porto Velho, além de pressupor o conhecimento sobre as práticas estipuladas no Aviso de Privacidade <https://www.unimedportovelho.coop.br/politica-de-privacidade>.

Caso tenha dúvidas sobre o tratamento dos dados, é possível nos contactar através do e-mail: encarregadalgpd@unimedportovelho.coop.br.

Atualizado em 10/11/2023.

Versão 01

